



ACÓRDÃO Nº187/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1482/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Feiras, Mercados, Produção e Abastecimento - SEMPAB.
- 4- **Advogado:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2014.
- 6- **Responsável:** Sr. Fabio Pacheco da Silva, Gestor e Ordenador de Despesas.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 744-2018-MPC-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls.678/679).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Feiras, Mercados, Produção e Abastecimento - SEMPAB. Exercício 2014.

*Irregularidade. Multa. Prazo. Alcance.
Determinações*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Feiras, Mercados, Produção e Abastecimento - SEMPAB, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Fabio Pacheco da Silva**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" e art. 188, §1º, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.2- **Aplicar Multa** ao **Sr. Fabio Pacheco da Silva**, no valor de **R\$ 13.152,37** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), nos termos do art. 1º, XXVI, 52 e 54, II e III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, V e VI, do Regimento Interno do TCE/AM, por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário e atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.3- **Considerar em Alcance** o **Sr. Fabio Pacheco da Silva**, no valor total de **R\$ 3.433,14** (três mil, quatrocentos e trinta e três reais e quatorze centavos), nos termos do art. 304, I e parágrafo único do Regimento Interno do TCE/AM, por irregularidades apontadas no



ACÓRDÃO Nº187/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Relatório da DICAD/MA e do *Parquet*. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

10.4- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;

10.5- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que remeta cópia do Relatório Técnico da DICOP de fls. 638/646 à Comissão de Inspeção da SEMPAB, referente ao exercício de 2015, para juntada ao processo nº 11865/2016 e análise.

10- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de Março de 2018.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral em substituição.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO

Conselheiro-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador-Geral em substituição